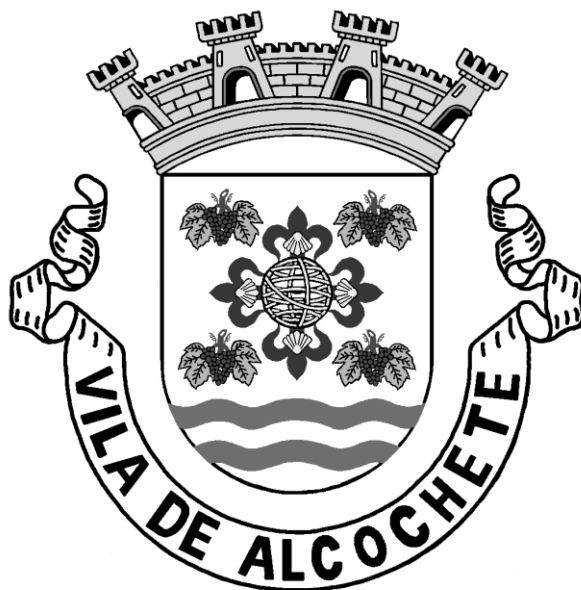




MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

N.º 01 /19

**ATA DA SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 7 DE JANEIRO
DE 2019**

Aos sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezanove, nesta vila de Alcochete e salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas 21:00 horas, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida pelo Doutor Mário Manuel Catalão Boieiro, encontrando-se presentes os seguintes membros:

Pelo Partido Socialista:

- Carlos Manuel Rosa Correia, Teresa Isabel Condelpes Rei, Carla Maria Bernardo da Cruz Pereira, Sérgio Manuel Carvalho Simões, Ana Lúcia Felgueira Maduro e Bruno José Pereira Soares.

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:

- Miriam Pires Boieiro, Álvaro Jacinto Costa, Ana Luísa Giro Pereira dos Santos Lourenço, Henrique de Meneses Infante da Câmara, Susana Isabel Marques Pereira Maia.

Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:

- Alexandre Manuel da Costa Freire Gonçalves e Ana Mafalda Boieiro Marques.

Pelo Partido Popular Democrático/ Partido Social Democrata:

- Luiz Branco Batista.

Presidentes das Juntas de Freguesia:

- Natacha Patrícia Bexiga Patinha, presidente da Junta de Freguesia de Alcochete, Pedro Jorge Marcelino Ferreira, presidente da Junta de Freguesia de Samouco e João Manuel Fernandes dos Santos, presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco.

Faltaram à sessão:

- Fábio Gonçalo Ferraz Ricardo Bernardo, por motivo de saúde, tendo sido substituído por Maria de Fátima Lima Vieira. (Documento anexo à Minuta da Ata como Doc.1)

- Olívia Maria Nobre Mateus da Silva, por motivo de ordem profissional, tendo sido substituída por Rui Manuel da Graça Santa. (Documento anexo à Minuta da Ata como Doc.2)

- Rodolfo Soares Marques Pereira, por motivo de saúde, (tendo também justificado a sua ausência Ana Cristina Brandão, Luís Cesário e Luís Cardoso), tendo sido substituído por Sérgio Miguel Pratas Duarte. (Documentos anexos à Minuta da Ata como Docs.3,4,5 e 6 respetivamente).

- João Ricardo Figueiredo Lopes, por motivo de ordem profissional, tendo sido substituído por Alexandra Brás. (Documento anexo à Minuta da Ata como Doc.8)

- Ricardo Alexandre Gomes Loureiro, por motivo de ordem profissional, tendo sido substituído por Diogo da Silva Mourão. (Documento anexo à Minuta da Ata como Doc.9)

- Francisco Maria Viseu Gomes da Silva, por motivo de ordem profissional, tendo sido substituído por Andreia Patrícia Silva e Sousa.

O deputado Luís Afonso solicitou a renúncia de mandato, a partir da presente data, o que foi aceite. (Documento anexo à Minuta da Ata como Doc.7)

Os pedidos de justificação foram aceites.

Pelo executivo camarário encontravam-se presentes o presidente da Câmara, Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, a vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares e os vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, Vasco André Marques Pinto, José Luís dos Santos Alfélua, Estêvão António das Neves Boieiro e Pedro Miguel Abreu Louro.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO 1 – REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE DE ALCOCHETE

Submetido à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da Câmara:

Referiu que a constituição do Conselho fazia parte do compromisso eleitoral do PS e é muito importante porque dando cumprimento àquilo que a Lei define, estão reunidas as condições para uma maior cidadania e maior participação no que diz respeito aos jovens e independentemente do vínculo que possam ter no concelho, todas as opiniões, conversas e reflexões são naturalmente importantes.

- Vereadora Maria de Fátima Soares:

Com a permissão do presidente da câmara, recordou que a Lei n.º 8/2009 de 18 de fevereiro, cria o Regime Jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude. A sua criação permite dar aos jovens do concelho, a oportunidade de participarem de forma ativa com as suas ideias e contributos pertinentes e criativos, nas matérias relacionadas com a política de juventude.

O Conselho é um órgão de carácter consultivo, informativo e cooperativo da política de juventude junto do município.

Salientou o artigo 13.º que refere a realização de um Fórum da Juventude temático, aberto à participação de todos os jovens entre os 14 e os 30 anos e residentes no

concelho. Será um Fórum abrangente de forma que, uma vez por ano, se faça uma atividade para todos os que queiram ser ouvidos nesta faixa etária.

- Henrique da Câmara:

Informou que a opinião da CDU sobre esta matéria não se alterou, já desde há algum tempo.

Considera bom a criação deste Conselho (mas não nestes moldes) dado que vai limitar bastante a participação de algumas entidades jovens que terão que estar inscritas no RNAJ, de acordo com a Lei. Apenas no Fórum anual poderão participar todos os outros jovens. Neste momento, em Alcochete, apenas há uma associação de jovens, inscrita, que é o GilTeatro.

O Fórum tal como foi criado no anterior mandato era melhor, porque as entidades não precisavam de estar inscritas no RNAJ.

- Andreia Sousa:

Referiu que ao PSD agrada a criação deste Conselho, tanto mais que é uma medida que já foi proposta por este partido em anteriores mandatos e também já neste órgão, em sessão realizada no dia 28 de dezembro último.

- Diogo Mourão:

Afirmou ter sido na sessão da Assembleia realizada em abril que foi votada a criação do Conselho e questionou o deputado Henrique da Câmara se este se lembrava de quais as associações que estiveram presentes no Fórum realizado pelo anterior mandato e quantas vezes reuniu em que espaço de tempo?

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 14 votos a favor (PS, PSD e CDS-PP) e 10 votos contra da CDU. (Anexo à Minuta da Ata como Doc.10)

- Henrique da Câmara fez declaração de voto em nome da CDU. (Documento anexo à Minuta da Ata como Doc.11)

- Ana Lúcia Maduro fez declaração de voto em nome do PS. (Documento anexo à Minuta da Ata como Doc.12)

PONTO 2 – “REQUALIFICAÇÃO DO MIRADOURO AMÁLIA RODRIGUES” – Proc.º I-06/17 – ASSUNÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS

Submetido à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da Câmara:

Referiu que como é do conhecimento público a obra continua a desenvolver-se para lá do mês de dezembro, com termo previsto para 28 de fevereiro e considerando que existe

este prolongamento de tempo, existe simultaneamente a necessidade de obter a aprovação da Assembleia para transitar o montante da despesa que não foi paga em 2018 e que será paga em 2019.

Aproveitou também, para fazer a cronologia dos factos inerentes a esta obra, que tinha estimativa de 180 dias para conclusão, devendo terminar a 5 de novembro, mas que agora, tem *términus* agendado para 28 de fevereiro.

- Vereador Pedro Lavrado:

Com a autorização do presidente da câmara:

Afirmou que dada a relevância e importância do assunto, considerou importante prestar alguns esclarecimentos e fazer a cronologia dos factos de que a obra tem sido alvo. A obra foi objeto de uma candidatura no âmbito do “POR LISBOA 20/20” e teve o seu termo de aceitação assinado em 22 de março de 2017. Em 19 de junho foi aberto o procedimento de concurso lançado pelo anterior executivo, o qual tinha como único critério a adjudicação pelo preço mais baixo. A base para concurso foi de cerca de trezentos e trinta e um mil euros e durante o procedimento ocorreu uma alteração ao Mapa de Trabalhos, passando o preço base a ser de trezentos e quarenta e cinco mil euros, valor abaixo do teto de trezentos e cinquenta mil euros a partir do qual tem que ter Visto do Tribunal de Contas.

Levantaram o processo para responder ao concurso quatro empresas e destas apenas duas apresentaram proposta, das quais, apenas uma apresentou o pedido de erros e omissões que originou a alteração ao Mapa de Trabalhos verificado, precisamente a entidade que venceu o concurso. A outra concorrente não respondeu quanto aos erros e omissões, ou seja, desistiu do concurso.

A 12 de outubro de 2017 foi elaborado o Relatório Final do concurso, tendo então a obra sido adjudicada à empresa CONDESP, SA, pelo valor de trezentos e quarenta e dois mil euros, em reunião de câmara realizada em 8 de novembro de 2017.

Como também é do conhecimento dos senhores deputados não estava previsto na empreitada a substituição da rede de águas e saneamento, a qual de acordo com a informação dos Serviços da câmara era bastante antiga e o saneamento ainda em fibrocimento, pelo que seria um erro intervir à superfície e não substituir as infraestruturas, tendo por isso, o atual executivo entendido que estas obras deveriam ser efetuadas. A partir desse momento os Serviços da câmara deram início à preparação dos trabalhos que seriam realizados por administração direta.

Não existindo dotação no orçamento de 2017 foi no final de janeiro de 2018 que se iniciaram os procedimentos para contratação pública para aquisição dos materiais necessários. A 3 de abril os trabalhos para substituição das referidas redes tiveram início.

A 23 de março de 2018 foi celebrado o contrato de execução da empreitada, sendo apenas nesta data que os já referidos trabalhos teriam que ser executados primeiro e só depois o empreiteiro poderia entrar em obra. O Auto de Consignação foi assinado a 8 de maio de 2018 com o prazo de execução de 180 dias e *términus* a 5 de novembro.

No início da obra, o engenheiro Cláudio Casinhas, responsável pela fiscalização da empreitada detetou que existia um erro no projeto, pois era suposto ser feita uma intervenção nas zonas verdes do prédio contíguo à intervenção (conhecido como prédio do Moisés) que não está em domínio público e é propriedade privada. Perante este problema duas soluções serão possíveis: ou a parcela de terreno em espaço privado passava para o domínio público (processo muito moroso, sem garantia que todos os condóminos dessem o seu aval a esta situação) ou alteravam o projeto de modo a que essa zona não sofresse intervenção. A opção foi pela segunda hipótese, tendo por isso sido solicitado ao projetista, Prof. Sidónio Pardal, que efetuasse a devida alteração, que mais não foi que deslocar o início da rampa que irá interligar o passadiço existente em frente ao prédio à zona superior do futuro miradouro.

Esta situação foi comunicada ao empreiteiro não tendo sido por parte do dono da obra efetuada nenhuma suspensão de trabalhos, dado que existiam muitas ações a desenvolver em diversos pontos desta e não faria sentido suspender os trabalhos. Porém, no decorrer da obra, o empreiteiro começou a demonstrar escassez de materiais, máquinas e meios humanos, incapacidade para cumprir o plano de trabalhos contratualizado e até mesmo para dar cumprimento aos compromissos que semanalmente nas reuniões de obra ia assumindo (factos que ainda continuam a ocorrer). Apesar de nas reuniões semanais a empresa ter sido alertada para os desvios do plano de trabalhos, estes sempre se mostraram infrutíferos e quase sempre não era cumprido o que ficava estabelecido na reunião.

Verificando-se um desvio significativo do plano de trabalhos e de acordo com o legalmente previsto, o dono da obra notificou o empreiteiro para que apresentasse outro plano modificado com as medidas de correção necessárias à correção do atraso registado, visando o cumprimento do prazo de execução contratualmente estabelecido. O empreiteiro respondeu alegando a alteração ao projeto já anteriormente referido, dizendo que não existem nos projetos pormenores esquemáticos longitudinais dos gaviões e que existia dificuldade na escolha da pedra por parte do projetista.

A estes argumentos a câmara contrapôs que a dificuldade na escolha das pedras assim como os desenhos esquemáticos que poderiam estar em falta no projeto, não justificavam o atraso. Primeiro porque nunca foi comunicado à fiscalização qualquer dificuldade na escolha de materiais e depois, porque o Caderno de Encargos era do conhecimento do empreiteiro (caso entendesse que faltavam elementos deveria ter acautelado a situação antes do início da obra).

Não obstante estes factos, na reunião de obra realizada no início de setembro, o vereador assumiu perante o empreiteiro que fossem colocadas na obra as pedras que mais se aproximassem do pretendido pelo projetista, de forma a poder avançar com os trabalhos.

Em 31 de outubro, em reunião de câmara, foi aprovado por unanimidade, a aceitação da conclusão efetiva dos trabalhos a 23 de dezembro de 2018 conforme Mapa de Trabalhos apresentado pelo empreiteiro, relevando para momento oportuno a decisão discricionária da aplicação de multa por atraso. Na reunião, foi reconhecido por todos os vereadores presentes na reunião sem exceção, o interesse público da conclusão da obra e a aplicação de coimas iria agravar ainda mais o problema, pois poderia criar

constrangimentos financeiros para o empreiteiro e naturalmente provocar ainda maior atraso no seu *términus*.

A 28 de novembro e verificando que não existiam alterações no comportamento do empreiteiro em relação à obra continuava a não cumprir o Plano de Trabalhos e que era altamente crível que a empreitada não estivesse concluída a 23 de dezembro e com o objetivo de junto da CCDRLVT tentar prorrogar o prazo de encerramento da mesma, foi reforçado por *e-mail* o que já tinha sido pedido em reunião de obra e ainda que o empreiteiro entregasse um plano fidedigno para a conclusão.

A 4 de dezembro, foi entregue pela CONDESP, SA o novo Mapa de Trabalhos e cronograma financeiro, tendo sido de imediato enviado para o Departamento Jurídico para análise, de forma, a que a câmara fosse elucidada de quais os caminhos que poderiam ser seguidos.

A 20 de novembro, o presidente da câmara e o vereador reuniram na CCDRLVT com o presidente desta, engenheiro João Teixeira e com a Dr.^a Isabel Quaresma, também da CCDRLVT. Nesta reunião obteve-se a anuência daquela instituição para que o prazo de conclusão efetiva da obra fosse o proposto pelo empreiteiro, ou seja, 28 de fevereiro de 2019, sendo esta a data para o prazo final da candidatura, não existindo mais nenhuma hipótese de prorrogação.

Entretanto, os pareceres jurídicos solicitados, apenas chegaram nos dias 20, 24 e 26 de dezembro de 2018, o que motivou que os pontos relativos a este assunto não tenham sido incluídos na Ordem do Dia da reunião de câmara de 26 de dezembro, tendo sido apenas na própria reunião, na qual foi novamente aprovado por unanimidade o novo prazo de conclusão da obra – 28 de fevereiro de 2019 – relevando novamente para momento oportuno a decisão discricionária da aplicação de multa pelo atraso. Foi novamente reconhecido por todos os vereadores presentes sem exceção, o interesse público da conclusão da obra.

O executivo está consciente da gravidade da situação e aconteça o que acontecer irá defender sempre os interesses do município. Caso a obra, eventualmente, não fique concluída até este prazo, os custos irão ser imputados ao empreiteiro e as multas contratuais irão ser aplicadas e ainda, a eventual perda da candidatura a que a câmara se candidatou, assim como eventuais encargos que possam vir a existir.

- Álvaro Costa:

Afirmou que se trata de um problema que obviamente terá que ser resolvido (para além de ser determinado pela Lei) o documento terá a sua aprovação, lamentando contudo que a situação não tivesse sido bem acautelada. O anterior executivo também iria fazer as obras previstas e estas teriam início em dezembro, de forma que em março o empreiteiro tivesse hipótese de dar início à obra. Porém a obra só se iniciou em abril/maio, determinando assim que não estaria concluída no tempo previsto.

Inclusive uma das preocupações (e assistiu a algumas conversas) era que a obra terminasse antes das festas do Barrete Verde, mas com as prorrogações as questões foram-se dilatando e continuam a ser dilatadas por motivos vários, entendendo que se a

obra tivesse tido início em dezembro, estariam um pouco mais à vontade que aquilo que estão.

- Luiz Batista:

Salientou que todos queriam ver a obra pronta rapidamente, mas infelizmente não foi possível. É já a segunda prorrogação e é evidente que naquilo que são as questões da contratação pública e dos projetos, normalmente existe um plano de obra, um cronograma do conjunto de tarefas a realizar num espaço temporal, sendo assim possível fazer um acompanhamento mais exaustivo, sobretudo quando as coisas estão a derrapar.

Desconhece os prejuízos que têm sido causados aos munícipes, aos comerciantes e moradores da zona. Estar sistematicamente com o perdão de multas, de coimas, leva a que haja um sentimento de impunidade. Se não se atuar as coisas vão-se dilatando no tempo e pode ocorrer que se chegue a 28 de fevereiro e não esteja concluída na mesma e lá se vão os fundos comunitários. Mas como já está na falência e não tem dinheiro para pagar ou indemnizar então o que é que se vai fazer? Com as dificuldades que o empreiteiro tem, tendencialmente vai neste caminho.

Questionou se dentro do prazo é apresentado algum plano e se as tarefas que faltam executar estão previamente definidas e qual é a periodicidade com que a equipa da câmara reúne com os técnicos, de modo a avaliar e a acompanhar todos os trabalhos para semanalmente apreciar os desvios que há em relação ao cronograma.

- Sérgio Simões:

Relativamente à intervenção do deputado Álvaro, notou que o problema que o executivo está a ter agora, tê-lo-ia mais cedo, caso a obra tivesse começado dois ou três meses mais cedo. Apoia o executivo e este tem que tentar levar a obra a bom porto, porque dentro do que pode ser feito, o executivo está a agir corretamente.

De seguida, aproveitou para explicar as alterações que os procedimentos de contratação pública têm sofrido ao longo do tempo.

- Henrique da Câmara:

Referiu que no presente momento, toda a assembleia tem dezenas de desculpas para o sucedido nesta obra, mas se o executivo fosse da CDU eram incompetentes e tinha havido incúria.

Na explicação dada pelo vereador, preocupa-o não se aplicar coimas ao empreiteiro, alegando-se que poderia complicar a situação.

- Alexandre Gonçalves:

Realçou a inequívoca necessidade de terminar a obra, mas da cronologia apresentada pelo vereador, chamou-lhe a atenção, a alteração ao projeto porque a obra implicava uma intervenção em área privada quando o projeto foi sujeito a avaliação, apreciação e

elaboração, bem como a financiamento, não percebendo portanto como escapou esta questão.

Também não concorda que não sejam aplicadas coimas ao empreiteiro. A justificação é do executivo mas, entende que a mesma mais não é que premiar e promover a ineficiência e incapacidade do empreiteiro. Por este andar, é previsível que a obra no dia 28 de fevereiro ainda não esteja concluída. Em resumo, não vai haver obra, nem coimas aplicadas nem custos pagos que advenham da situação, nem tão pouco se sabe se a câmara irá ser ressarcida desses valores.

- Presidente da Câmara:

Referiu que a discussão deste assunto em reunião de câmara com todo o executivo, foi das discussões mais sérias, honestas e transparentes que teve oportunidade de viver ao longo de cerca de um ano em que exerce funções. Todos foram unânimes, apesar das diferenças ideológicas, em salientar que o que importava era defender os interesses do município e dos munícipes.

Lembrou que esta obra não foi idealizada pelo atual executivo, apenas se limitaram a dar avanço ao respetivo procedimento.

Reiterou que quando este executivo tomou conta da obra não estava previsto no projeto nem nos Serviços da câmara, a realização de nenhuma requalificação das infraestruturas ao nível do subsolo e foi de facto o atual executivo que desencadeou este processo, por considerar ser uma obra absolutamente necessária dado que as atuais infraestruturas já têm mais de quarenta anos. Não faria sentido avançar com a obra sem substituir as infraestruturas no subsolo.

Esta vertente, já anteriormente referida em reunião de câmara, foi objeto de afirmação por parte do vereador José Luís Alfélua, referindo que na altura, após consulta aos Serviços estes alegaram falta de capacidade (falta de equipamento e de recursos humanos) para substituir as infraestruturas e como já se estava no final de 2017 sem dotação para adquirir, seria necessário aguardar pelo início de 2018. Porém, como o projeto já estava feito e deste não constavam as referidas obras, seriam necessários mais cento e tal mil euros que acrescia ao valor do processo, então a obra não seria feita.

Quanto à data do início da obra, esclareceu que 180 dias a contar de junho é a mesma coisa que 180 dias a contar de qualquer outro mês e lembrou que nunca foi referido um perdão de dívida ou o que quer que seja à firma. Aquilo que foi aprovado por unanimidade era que de momento não se iria aplicar multas, porque interessava sim era que a obra prosseguisse e fosse concluída nos termos nos prazos definidos, mas estas poderão ser aplicadas a todo e qualquer momento e com efeitos retroativos a partir do dia 5 de novembro.

Em relação ao acompanhamento da obra, frisou que sempre foi feito, quer pelo vereador Pedro Lavrado quer mesmo por si, não sentindo por isso nenhuma falta de responsabilidade. A obra não está concluída a 5 de novembro única e exclusivamente por causa do empreiteiro, explicando quais as implicações jurídicas que decorrerão, caso a obra não fique concluída dentro dos prazos estabelecidos.

Em resposta ao deputado Alexandre Gonçalves, esclareceu que na verdade (não sabe porquê) constava no projeto que a obra incidisse sobre uma área do domínio privado, algo com que os técnicos da câmara se depararam e que a câmara teria que resolver. Perante a situação, a câmara poderia ter duas opções: ou se passava a parcela do domínio privado para o domínio público e isso obrigava a reunir com todos os proprietários das frações do complexo habitacional esperando que todos votassem favoravelmente, ou então seria necessário proceder a uma alteração ao projeto. A última hipótese pareceu mais lógica tanto mais que não alterava minimamente a configuração do projeto, dado que se andou apenas um pouco mais para a frente, sendo por isso esta a opção, que na opinião do executivo não provocava atraso, apesar de o empreiteiro alegar esse facto.

De seguida, o vereador José Luís Alfélua solicitou autorização para intervir e com a devida autorização do presidente da câmara, esclareceu relativamente a algumas afirmações proferidas pelo presidente da câmara, que estas não correspondem totalmente à verdade no que às obras por administração direta diz respeito.

O presidente da câmara recordar-se-á que um mês ou dois após ter tomado posse, na primeira vez que o assunto foi abordado, o vereador referiu que as obras eram para ser feitas por administração direta (apesar de não ser do seu pelouro, renuiu com o vereador Jorge Giro e com os técnicos da câmara) no sentido de aferir as possibilidades.

Era de facto necessário aproveitar esta empreitada e proceder à substituição das infraestruturas no subsolo. Os Serviços colocaram uma série de objeções para fazer a obra por administração direta, salientando dificuldades quer ao nível de equipamento e materiais quer de recursos humanos, mas a todas as questões levantadas foram dadas respostas assertivas, quer da sua parte quer da parte do vereador Jorge Giro. As obras estavam planeadas, tendo inclusivamente sido pedidas estimativas de custos que a custo os Serviços forneceram. Acresce que se estava próximo das eleições que a CDU perdeu e face a isso, naturalmente a situação foi deixada para o executivo seguinte.

De salientar também que os mesmos técnicos que levantaram uma série de questões para as obras serem feitas por administração direta eram os mesmos que com o atual executivo não levantaram nenhum problema.

Em relação à data do início da obra, acontece é que se pode correr o risco de perder um financiamento, em virtude do vencimento do prazo de candidatura, pelos atrasos que se foram registando.

Também estranha a necessidade de alteração ao projeto, porque na verdade, o projeto foi analisado pelos técnicos da câmara que nada indicaram ao anterior executivo.

- Alexandre Gonçalves:

Afirmou a preocupação da bancada do CDS que faz questão de a manifestar ao presidente da assembleia municipal, ou seja, terá ficado subentendido que os colaboradores/técnicos da câmara, perante uma mesma situação e conforme o executivo em funções, agem de maneiras diferentes. Isto preocupa-os bastante, que seja posta em causa a idoneidade dos trabalhadores da câmara, seja quem for. Os executivos mudam de quatro em quatro anos e a equipa da câmara mantém-se.

- Presidente da assembleia:

Reconheceu que de facto não é a primeira vez que a questão é colocada. O mesmo já aconteceu aquando do encerramento do Albergue da Juventude, em que os técnicos da câmara afirmavam ao anterior executivo estava tudo bem e ao atual dizem que estava tudo mal. Esta dualidade de critérios também o preocupa muito, tanto mais que não é exequível que um funcionário da câmara, que não é político, tenha dualidade de critérios conforme quem está.

Acrescentou que na obra em discussão, a responsabilidade é única e exclusivamente do atraso do empreiteiro.

- Presidente da câmara:

Em relação à intervenção do vereador José Luís Alfélua, referiu que o que conta são os factos e o que é factual é que no orçamento de 2017 não havia dotação para as obras por administração direta e não se pode iniciar um procedimento sem dotação orçamental, contudo não põe em causa os desejos do anterior executivo.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. (Documento anexo à Minuta da Ata como Doc 13).

PONTO 3 – NÃO ACEITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA O ANO DE 2019

Submetido à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da Câmara:

Salientou que o executivo não tem duas caras, ou seja, não diz hoje uma coisa e amanhã outra. A maioria do executivo prima pela descentralização de competências, porque esta vem criar uma relação de proximidade com as pessoas, tendo também oportunidade de fazer um trabalho mais eficiente comparativamente ao Governo seja ele de direita, de esquerda ou do centro. Os autarcas são quem conhece melhor as populações e o território.

Até ao momento sempre se manifestaram a favor da descentralização de competências acreditando no Governo da República, no que dizem e que é público. Porém, no momento, entendeu o executivo que não estavam reunidas as condições e agora sim, porque são conhecidos os diplomas setoriais que já foram aprovados e publicados (ainda não foram publicados os de maior complexidade, ou seja os da Educação, Saúde e Ação Social).

Mas dos já publicados, a câmara em reunião extraordinária reprovou a descentralização dos mesmos, porque o orçamento aprovado em reunião de câmara e assembleia municipal (aprovados anteriormente à saída dos diplomas) era consonante com a realidade do município, não tendo ficado plasmado no orçamento nenhuma verba extraordinária relativamente a esta matéria. Também não são conhecidos em pormenor

pelo que não lhes pareceu correto face aos desafios que têm para 2019 que do ponto de vista da gestão estar a assumir este compromisso até porque se continuarem a não aceitar, em 2021 quer queiram quer não, a descentralização irá acontecer. Contudo, não é isso que o executivo pretende. Pretende sim é ter espaço de manobra, de reflexão, para que possa de facto preparar-se para esta descentralização, entendendo que a meio do ano de 2019, quando for necessário tomar uma posição com vista a 2020, então sim, estarão em condições, já dotados de informação completa, necessária para poder pôr em prática o que a maioria deste executivo defende.

No cumprimento da Lei, a câmara solicitou à assembleia municipal a marcação de uma sessão extraordinária para votação (sob proposta do executivo) de não aprovar para já, a descentralização destas competências plasmadas nos diplomas setoriais que foram aprovados e já publicados.

- Henrique da Câmara:

Referiu que em setembro do ano anterior, quando a CDU propôs que se realizasse uma assembleia extraordinária para ser debatida esta questão, ouviram de tudo e mais alguma coisa. Houve quem chamasse de “número” por entender ser desnecessária a despesa com a realização da sessão e até quem entendesse ser preferível ficar em casa a ver futebol, mas afinal, na presente sessão discute-se o mesmo assunto, concluindo assim, que afinal não foi tão despropositada a convocatória da CDU.

- Presidente da Assembleia Municipal:

Tal como já anteriormente tinha expressado, na sua opinião falar em custos, é o pior serviço que se pode prestar à democracia.

- Luiz Batista:

Afirmou que o PSD sempre foi a favor da descentralização e esta já começou no anterior Governo de forma facultativa, tendo aderido alguns municípios. O atraso na publicação dos diplomas setoriais e dos publicados a falta de definição quanto aos meios e verbas, vem acentuar dúvidas quanto à forma e à aceitação.

Entende que a câmara em um ou dois pontos poderia ter assumido a transferência de competências, como é o caso da zona ribeirinha e fluvial, porque a câmara já tem a despesa com parte dos honorários da limpeza, assim como na matéria respeitante ao Turismo, contudo respeita que o executivo não o tenha feito.

- Álvaro Costa:

Referiu que a CDU sempre foi a favor da descentralização, mas sempre contra a desconcentração. Transferir competências sem os respetivos meios financeiros não é descentralizar é desconcentrar responsabilidades. É isto que acontece e aconteceu no passado e nalgumas desconcentrações que foram feitas para a autarquia, como no caso dos edifícios do ensino primário, que foram “empurrados” para as câmaras e estas que se “desenrolassem”. Se já havia o objetivo de descentralizar para 2019, a verdade é que o Orçamento de Estado nada contemplou, nem tão pouco foi nada tratado com a ANMP, que é quem representa os municípios.

Acrescentou ainda, que em Portugal o edifício constitucional está incompleto, porque falta o pilar da regionalização, que é democrática, porque dá voz às populações.

- Alexandre Gonçalves:

Entende que esta situação e consequentes discussões sobre a descentralização, no fundo, são consequência da forma como todo este processo tem vindo a ser conduzido, mas a verdade é que a descentralização assenta em três pilares fundamentais: Lei Quadro, Diplomas Setoriais e Lei das Finanças Locais. Também é verdade, que o Governo entendeu tratar este assunto a conta-gotas, ao invés de pegar nas três peças, estudá-las, desenvolvê-las, discuti-las e aprová-las simultaneamente.

Se por um lado na bancada do CDS são a favor da descentralização, a verdade é que ao olharem para os diplomas setoriais que ainda faltam publicar (Saúde, Educação, Área Social) ficarão bastante atentos em relação àquilo que poderá vir a ser a desresponsabilização por parte do Estado, no que respeita a funções primordiais e fundamentais e que são sua responsabilidade.

- Presidente da Câmara:

Informou que para se fazer um trabalho sério e rigoroso, o executivo começou por fazer um levantamento exaustivo (recordando inclusivamente o exemplo da orla marítima) para tentar perceber se as receitas são compatíveis com as despesas que acarretam, ou se seria preferível na fase em que abraçam um desafio grande de concretização, de ambição das ações plasmadas no Orçamento para 2019 adiar, tanto mais que os prazos indicados são muito curtos.

- Luiz Batista:

Lembrou que foi o povo português que em Referendo rejeitou a regionalização, pelo que não vale a pena querer continuar a discutir a matéria.

- Henrique da Câmara:

Frisou que tenta pautar as suas intervenções, tentando ser o mais sensato e educado possível com todos na assembleia municipal, mas não gosta de ouvir a forma como por vezes o deputado Luiz Batista se dirige à bancada da CDU, apelidando-a de bancada comunista; também não interessa nada o grau de escolaridade que os deputados têm para discutir as matérias nesta assembleia. Importante, é discutir as matérias com lisura e sensatez tentando dignificar o trabalho que desenvolvem na defesa dos interesses do concelho.

Lembrou que foi o deputado Luiz Batista o primeiro a levantar a questão dos custos da assembleia, contudo não se recorda de o presidente lhe ter respondido da forma inflamada como lhe respondeu a si. De facto as sessões serão sempre necessárias desde que se discutam assuntos úteis ao concelho.

- Pedro Ferreira:

Recordou como na sua opinião as coisas mudam, ou seja, em 9 de dezembro de 2017 realizou-se o congresso da ANMP, mas a câmara, a assembleia municipal e o presidente de junta de freguesia eleito não compareceram alegando o custo com as despesas inerentes a suportar pelo município.

Referiu também, que não estranha a posição da bancada do PSD nestas matérias na assembleia municipal e reiterou as afirmações do deputado Álvaro Costa.

- Ana Lúcia Maduro:

Considerou extemporânea a marcação da assembleia extraordinária de setembro de 2017 porque não existiam ainda os diplomas setoriais. O presente processo pode não ser o mais correto mas é o que está em curso pelo atual Governo e até 2021 à medida que sejam publicados os diplomas terão que ser aprovados ou não e é isso que se deve tratar na presente assembleia.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. (Documento anexo à Minuta da Ata como Doc.14)

Ana Luísa Lourenço fez declaração de voto em nome da CDU. (Documento anexo à Minuta da Ata como Doc.15).

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Aberto o período, registaram-se as seguintes intervenções:

- Sr. Arnaldo Fernandes:

Se bem entendeu, o presidente da assembleia referiu nesta assembleia que no período de intervenção do público os intervenientes teriam que se abster em assuntos que não tivessem sido abordados na Ordem do Dia, pelo que questionou se mantinha esta posição, tendo o presidente da assembleia esclarecido que a disposição está no Regimento da assembleia.

Face a este esclarecimento, solicitou a atenção do presidente e da Mesa para o artigo 19.º do Regimento, que na sua opinião contraria o entendimento praticado, considerando que a restrição não consta da Lei nem do Regimento.

Na qualidade de munícipe de Alcochete e sobretudo na qualidade de membro integrante da Plataforma Cívica “Aeroporto na BA6 Não” questionou o presidente da câmara, sobre se é verdade o que é público (conteúdo veiculado pelo “Diário da Região”), sobre uma iniciativa que terá lugar no próximo dia 8, na BA6.

- Presidente da assembleia municipal:

Em relação à primeira parte da intervenção do público, esclareceu que o entendimento sobre o uso da palavra, se deve à opinião do plenário, em virtude de o Regimento ser omissivo.

- Presidente da câmara:

Respondeu à questão colocada, dizendo que a pergunta deverá ser colocada ao Governo, porque é uma iniciativa que segundo a comunicação social se realizará sob a égide do Governo, contudo adiantou que foi convidado e que está convicto da realização da sessão de entendimento entre o Governo e a ANA- Aeroportos.

Disse ainda, relativamente à questão da solução aeroportuária entender não ser necessário estar a fazer comentários complementares por já ser sobejamente do conhecimento de todos. Porém, acrescentou que logo após os dois primeiros meses em funções, o executivo já estava a proceder não ao ato oficial com a entrega do Caderno de Encargos, mas a compilar um conjunto de participações e contributos junto do Governo, da ANA, da Lusoponte apresentadas em reuniões já realizadas. Na passada semana, a pedido da câmara o executivo reuniu e entregou ao Ministro Pedro Marques um Caderno de Encargos exaustivo, que não tem que estar presente em reunião por se tratar de um ato de gestão.

- Sr. João Marafuga:

Teceu comentários relativamente ao grau académico dos políticos (que têm maior ou menor escolaridade), dizendo que não se pode classificar quem tem menos, de político com menor capacidade para desempenhar as suas funções, ou o seu inverso.

Explanou o seu ponto de vista sobre a importância do culto Mariano, chamando a atenção para a peça de teatro que foi representada na igreja da Misericórdia e no Fórum Cultural, entendendo que na mesma se blasfemava contra N.ª Senhora.

- Presidente da câmara:

Afirmou que registou.

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após ser submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 22:25 horas, o presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente minuta da ata que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, coordenadora técnica, subscrevo e assino.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

A COORDENADORA TÉCNICA,

